

07 MAR 1988

Manobra para unir forças de centro

por Ana Cristina Magalhães
de Brasília

O senador Jarbas Passarinho (PDS/PA) lançou na sexta-feira um manifesto convocando as forças de centro da Constituinte a se unirem para que a transição democrática se processe tranquilamente.

O senador quer evitar que "uma crise artificial no quadro político, pretendendo-se identificar um conflito frontal entre o Executivo e a Constituinte", possa levar a "um impasse de consequências funestas". Para ele, cabe aos constituintes a responsabilidade pelo êxito ou o malogro de tal projeto.

O manifesto foi interpretado por vários constituintes como uma tentativa de reatuação do "Centrão".

A dispersão do grupo conservador, constatada através das votações das duas últimas semanas, quando foram aprovados textos considerados avançados até mesmo por partidos de esquerda, foi um dos motivos que levou o presidente da República, José Sarney a fazer duras críticas à atuação da Constituinte.

A união dos constituintes denominados pelo senador de "doutrinariamente situados equidistantes dos extremos ideológicos" proporcionaria o equilíbrio no resultado das votações.

Do manifesto, o senador espera apenas o "selo do compromisso". Até o início

Começa a investigação da fraude

O corregedor da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), deve requerer nesta segunda-feira que a comissão de sindicância responsável pela apuração da fraude na votação de direito de propriedade, solicite a perícia da foto para identificar quem estava sentado na poltrona 507, local de onde se fraudou o voto do deputado Sarney Filho (PMDB-MA), que naquele dia, 9 de fevereiro, encontrava-se em São Luís.

As suspeitas recaem sobre o senador Edison Lobão (PFL-MA), amigo de Sarney Filho.

Dois parlamentares, o líder do PDT, Brandão Monteiro, e o deputado José Tavares (PMDB-PR), ambos com experiência em direito criminal, não tiveram dúvidas em reconhecer Lobão em foto do plenário no dia 9 de fevereiro. José Tavares encaminhou ao corregedor um requerimento com 182 assinaturas solicitando a perícia, descontente com os primeiros trabalhos da comissão de sindicância, que não apontou nenhum responsável.

Na última sexta-feira, a mesa da Câmara deveria reunir-se para analisar, entre

outros assuntos, a primeira conclusão da sindicância presidida pelo senador Virgílio Távora (PDS-CE). O presidente da mesa e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, alegando a inexistência de uma pauta efetiva, cancelou a reunião, conforme registrou a Agência Globo.

O encerramento da sessão da última sexta-feira, por falta de quórum, levou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a insistir mais uma vez na presença dos parlamentares em plenário. Ele gravou mensagem, veiculada pelo "Diário da Constituinte" e

"A Voz do Brasil", pedindo a presença dos faltosos nas sessões do fim de semana, lembrando que eles haviam sido eleitos para "constituir a Constituição do Brasil", não podendo, portanto, permanecer alheios às votações.

Antes de encerrar a sessão, Ulysses comprometeu-se a estudar as propostas de medidas contra os ausentes, recebidas pela mesa. Paulo Delgado, autor de três projetos de resolução já publicados, propôs novamente a perda do mandato do parlamentar que se ausentar a um terço das sessões sem justificativa.

da noite de sexta-feira, 61 constituintes já haviam assinado o documento.

Além do manifesto, a reorganização do "Centrão" também está sendo feita através do trabalho de convencimento individual dos constituintes e da retomada dos estudos prévios das matérias a serem votadas e seu encaminhamento na tribuna do plenário. O grupo também estuda a possibilidade de fazer campanhas publicitárias defendendo suas teses junto à população.

O deputado Ricardo Fiúza, coordenador geral do "Centrão", disse que a união da esquerda é mais

fácil, porque estão obrigados a uma disciplina rígida, o mesmo não ocorre, segundo ele, em um aglomerado democrático.

Não é descartada a hipótese de essa união procurar ainda manter os cinco anos de mandato ao presidente José Sarney. A seguir, a íntegra do manifesto:

"Nada na história nos sugere que uma transição política, de um regime autoritário para a democracia plena, tenha condições de ser tão bem-sucedida como a que estamos vivendo. O Brasil aborrece o radicalismo e a violência. Mesmo quando o tecido social tem sido esgarçado por movi-

mentos de força, a tônica foi a moderação.

A convocação da Assembleia Nacional Constituinte é um marco no itinerário para a completa normalização política do País.

Instala-se uma crise artificial no quadro político, pretendendo-se identificar um conflito frontal entre o Executivo e a Constituinte. A progredir essa situação, pode prever-se até mesmo um impasse de consequências funestas. Os militares, que em outras latitudes são o verdadeiro obstáculo à democratização de seus países, comportam-se esplendidamente no Brasil e se constituem num fator vi-

tal para a mutação para a democracia plena.

Avulta, pois, a responsabilidade dos políticos, de cuja conduta depende o êxito ou o malogro de tal projeto.

Eis porque, na plena consciência de nossas responsabilidades para com o

presente e o futuro de nossa pátria, nós que doutrinariamente nos situamos equidistantes dos extremos ideológicos, desejamos uma Constituição que reflita os verdadeiros anseios da imensa maioria dos brasileiros, que não se confundem com aqueles postulados pelas minorias sectárias e que seja imune dos oportunismos demagógicos e do irrealismo utópico, suscetíveis de tornar a Nação ingovernável e produzir caldo de cultura ideal para todo tipo de aventurelismo. Nós nos empenharemos para que a transição para a plenitude democrática seja tranquila e pacífica, ultimada por um texto constitucional que proporcione a modernização de nossas instituições, consagre os princípios democráticos, enseje a solução, sem traumas, das divergências políticas e conduza à edificação de uma sociedade embasada na justiça e paz social.

Fiéis a esses propósitos, assinamos o presente compromisso.
Brasília, 04 de março de 1988.

Uma nova ofensiva dos parlamentaristas

por Cecília Pires
de Brasília

Os parlamentaristas do PMDB na Constituinte vão tentar convencer o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, a encampar a tese do parlamentarismo, convencidos de que a posição de Ulysses é fundamental para garantir a vitória no plenário, já sinalizada pelas pesquisas, que apontam 42% de votos a favor, contra 36% de votos presidencialistas. A estratégia foi idealizada pelo deputado Virgíldasio de Senna (PMDB-BA), que começou, na tarde de sexta-feira, a colher assinaturas junto aos peemedebistas, para um documento a ser entregue a Ulysses, defendendo o parlamentarismo como única fórmula para retirar o país da crise e argumentando que o PMDB hoje é majoritariamente parlamentarista.

"Pode levar estes números ao deputado Ulysses Guimarães e dizer que este é o meu levantamento, atualizado, nome por nome. Assim, o presidente do PMDB terá que acompanhar o partido", disse o senador José Richa (PMDB-PR), ao receber o documento. De uma bancada, que tem hoje 297 deputados e senadores, 165 são parlamentaristas, 71 são presidencialistas e 61 estão indecisos. "Somados, os presidencialistas e os indecisos continuam em minoria", comemorou Richa.

Para os parlamentaristas do PMDB, a posição de Ulysses é fundamental, neste momento. "A posição de Ulysses, hoje, contra o parlamentarismo, poderia reduzir as possibilidades de êxito. Se ele se declarar favorável, porém, arrastará parcelas consideráveis da população brasileira e sinalizaria vitória deste sistema", disse Virgíldasio.

Segundo o senador José Richa, "a angústia da nação brasileira, hoje, é não ter em quem confiar. Os políticos estão desacreditados, os militares saíram do poder recentemente e não

resolveram o problema da crise brasileira. O parlamentarismo é um sistema novo para o Brasil, no qual o povo pode confiar permanentemente".

Richa defende a emenda parlamentarista de Egidio Ferreira Lima, que será apoiada pelo grupo parlamentarista na Constituinte, por acreditar que "o modelo é bem brasileiro, não copia nenhum outro, embora a essência; seja igual ao sistema no mundo todo, em casos extremos, até dissolver o Gabinete e convocar novas eleições para o Congresso".

Parlamentarista convicto, Richa admite, ao ser perguntado, que poderia até candidatar-se à presidente, dentro do novo sistema.

"E quem não gostaria? O presidente virá com força total da eleição direta e não enfrentará o desgaste do dia a dia administrativo. Ele será o árbitro, o coordenador político do governo", disse Richa.

Outro argumento que os parlamentaristas do PMDB podem utilizar para convencer o presidente do partido a apoiar o parlamentarismo é discutido nos bastidores, embora ninguém assuma publicamente a sua defesa. É corrente, em especial junto aos "históricos", que em eleições diretas para presidente da República, Ulysses corre o risco de ser derrotado, levando o partido todo à derrota. Se o sistema aprovado for o parlamentarismo, porém, Ulysses seria o candidato virtual a primeiro-ministro, num Congresso que ele domina como poucos.

Estratégia da ala concorrente de Ulysses, ou não, o fato é que os "históricos" contam ainda com o parlamentarismo para conquistar vários objetivos, desde salvar o PMDB desgastado junto à população, de uma derrota nas urnas, até eleger um nome do grupo para um dos cargos disponíveis, dividindo o poder entre as duas facções do partido que hoje disputam espaços entre si.

Como funciona o sistema

por Cecília Pires
de Brasília

Os parlamentaristas da Constituinte estão distribuindo uma cartilha explicando a emenda do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE). Nessa emenda, Egidio propõe cinco anos de mandato para os presidentes, mas os parlamentaristas adeptos de quatro anos votarão na proposta, para depois tentar aprovar um destaque do senador Fernando Henrique Cardoso, que propõe quatro anos para todos os presidentes, inclusive o atual.

As principais características da emenda do deputado Egidio são:
Presidente da República — E o chefe de Estado, árbitro do governo e comandante supremo das Forças Armadas, sendo eleito por voto direto, com a maioria absoluta dos votos, ou maioria simples, em segundo turno. Ele pode nomear e demitir o primeiro-ministro e, por solicitação deste, os ministros de Estado; convocar e presidir o Conselho de Estado e, excepcionalmente, ouvido este Conselho, demitir o governo, comunicando à Câmara e indicando novo primeiro-ministro.
Primeiro-ministro — In-

tegra o governo juntamente com os demais ministros. Ele promove e coordena as atividades do Conselho de Ministros e mantém a unidade de orientação política e administrativa do governo. Solicita ao presidente a nomeação e exoneração de ministros. Se a Câmara rejeitar o programa de governo, depois de dez dias de empossado, haverá mais oito dias para nova proposta. Havendo nova rejeição, a Câmara fará uma votação no prazo de dez dias para escolher um novo primeiro-ministro. Se seu programa de governo também não for aprovado pela Câmara no prazo de dez dias, esta será dissolvida pelo Presidente da República, ouvido o Conselho de Estado e serão convocadas novas eleições, ou o presidente indicará novo candidato a primeiro-ministro.

ANHAGUERA
CZ\$ 50.000.000

Propriedade c/ 560.000 M² à 130 Km. de S. Paulo, 1.000 M², frente p/ Rodovia, laranjeiras, casas, excel. área lazer p/ divs. finalidades. Oportunidade única.
Tel: 857.9488 - h.c.